



Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR

CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO DE CAMPO NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

FEATURES OF FIELDWORK IN THE HISTORY OF GEOGRAPHY SCIENCE

CARACTERÍSTICAS DEL TRABAJO DE CAMPO EN LA HISTORIA DE LA CIENCIA DE LA GEOGRAFIA

(Recebido em 26-04-2021; Aceito em 30-06-2021)

Flamarion Dutra Alves

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista
Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas -
Alfenas, Brasil
dutrasm@yahoo.com.br

Vinicius Arcanjo Monteiro

Mestre em Ensino e História de Ciências da Terra pela Universidade Estadual de Campinas – Campinas,
Brasil
vm.arcanjo@gmail.com

Resumo

Este artigo apresenta as características do trabalho de campo ao longo da história do pensamento geográfico, no que se refere as disponibilidades técnicas e informacionais, propósitos, abrangência, limitações e contribuições. Partindo do entendimento das origens da prática enquanto processo de pesquisa *in loco*, buscou-se compreender os métodos analíticos com relação à própria história geográfica frente ao histórico de transformações sociais e naturais no tempo e no espaço. Foi, portanto, através de uma visão muito particular centrada no enquadramento das escolas geográficas e intensa revisão bibliográfica sobre temáticas específicas do uso e disponibilidade teórica sobre trabalho de campo, que buscou-se compreender esta prática como forte processo formativo na construção do pensamento geográfico e também como instrumento direto de condicionamento e modelação de operações complexas - que se faz presente nas categorias geográficas. Neste sentido, estes métodos assumem um processo – sugestivo – de integralização (interdisciplinaridade) para enfrentamento dos paradigmas da ciência geográfica. Concluímos que, o trabalho de campo sempre foi a fonte primeira, pelo qual, se reveste a ‘mais valia’ para o conhecimento básico das categorias geográficas; sendo que, este processo é um documento valioso para conhecimento do método e estilo de trabalho dos geógrafos.

Palavras-chave: Epistemologia da Geografia; Geografia Clássica; Geografia Teorética; Geografia Crítica; Geografia Humanística.

Abstract

This article aims to present features of fieldwork in the history of geography science, within references of available technics and information, purposes, scope, delimitation and contributions. Assuming from the naturalist theory about this methodology and along research processes regarding fieldwork itself, this paper aims to understand analytical methods in the history of social and natural findings in time and space. It was developed through a particular frame centered on the evolution of geography theory and intense bibliographical review to specific topics, questioning methodology and practice which is available to study this issue. That lead us to the comprehension of this practice as a formative process of geographical science and also as a direct instrument for conditioning and modeling complex operations - which is present in geographical categories. Thus, these methods suggest a process of integration (interdisciplinarity) of paradigms of geographic science. In conclusion, fieldwork has always been a primary source which invests an 'added value' for the basic knowledge of geographical categories and often represents a rare document of knowledge about the method and work style of the geographers.

Key words: Epistemology of Geography; Traditional Geography; Theoretical Geography; Criticism Geography; Humanistic Geography.

Resumen

Este artículo presenta las características del trabajo de campo a lo largo de la historia del pensamiento geográfico, con respecto a la disponibilidad técnica e informativa, propósitos, alcance, limitaciones y contribuciones. Partiendo de la comprensión de los orígenes de la práctica como un proceso de investigación inocuo, buscamos comprender los métodos analíticos en relación con la historia geográfica en sí misma en vista de la historia de las transformaciones sociales y naturales en el tiempo y el espacio. Fue, por lo tanto, a través de una visión muy particular centrada en el enmarcado de las escuelas geográficas y una intensa revisión bibliográfica sobre temas específicos de uso y disponibilidad teórica en el trabajo de campo, que buscamos entender esta práctica como un fuerte proceso formativo en la construcción de también como instrumento directo para acondicionar y modelar operaciones complejas, que está presente en categorías geográficas. En este sentido, estos métodos suponen un proceso sugestivo de integración (interdisciplinariedad) para enfrentar los paradigmas de la ciencia geográfica. Llegamos a la conclusión de que el trabajo de campo siempre ha sido la fuente principal, por lo que se invierte el "valor agregado" para el conocimiento básico de las categorías geográficas; Siendo eso, este proceso es un documento valioso para el conocimiento del método y el estilo de trabajo de los geógrafos.

Palabras clave: Epistemología de la geografía; Geografía Clásica; Geografía Teórica; Geografía Crítica; Geografía Humanista.

Introdução

A natureza da ciência geográfica tem como um dos seus pilares fundamentais o conhecimento *in loco*, a constatação e verificação empírica, a observação, descrição e análise direta com seu objeto e/ou atores sociais, ou seja, o trabalho de campo é uma atividade direta da práxis na construção do pensamento geográfico.

A origem da geografia moderna e a sistematização do conhecimento científico geográfico no início do século XIX por Alexander von Humboldt e Karl Ritter, introduziu o trabalho de campo como uma ferramenta metodológica para obtenção de resultados e análises das paisagens, corografando e

comparando a superfície terrestre (ANDRADE, 1987; GOMES, 2005; MORAES, 2005; MOREIRA, 2006; SODRÉ, 1987).

Ao longo da história da geografia o trabalho de campo passou da principal técnica do geógrafo para obtenção de informação na Geografia Clássica até um recurso limitado e negligenciado na Geografia Teorética-Quantitativa (ALVES, 2012). Entretanto, o trabalho de campo se mantém como uma etapa fundamental para compreensão da realidade e obtenção de informações para composição das análises e resultados, e recurso importante nos estudos críticos e humanistas.

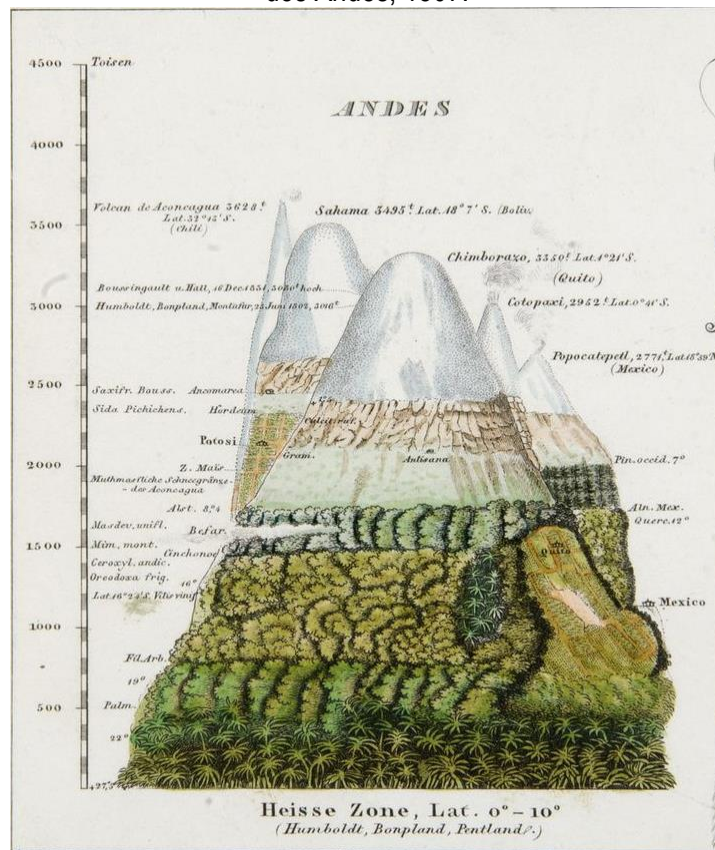
Nesse sentido, o artigo tem como objetivo analisar as características do trabalho de campo ao longo da história do pensamento geográfico, no que se refere as disponibilidades técnicas e informacionais, propósitos, abrangência, limitações e contribuições. Tem-se ainda como objetivo entender como essa etapa da pesquisa foi se transformando e balizando as práticas na ciência geográfica.

Para tanto, serão consultados artigos publicados em revistas de geografia desde a década de 1940 até a segunda década do século XXI, tentando exemplificar as orientações metodológicas quanto ao trabalho de campo.

Trabalho de campo em geografia: origens e uma breve definição

As expedições naturalistas são consideradas as origens do trabalho de campo, concomitantes ao nascimento da ciência geográfica, isso significa que a observação da paisagem, enquanto manifestação estética e romântica da realidade, já participava ativamente da formação do pensamento geográfico, ao lado dos relatos e das descrições. Assim, os geógrafos recorrem à expressividade das técnicas do diagrama, da gravura e da pintura mesclando conhecimento científico e emoção estética, ressaltando os fatores físicos (Figura 1).

Figura 1: Classificação de Humboldt da vegetação correlacionando altitude e latitude na Cordilheira dos Andes, 1807.



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/816699713665090406>

Os geógrafos, desta época, começaram a desenvolver uma ciência em torno de diferenciações regionais na superfície terrestre, constituindo-se então a partir da análise de pesquisas e relatos de campo elaborados pelos viajantes, naturalistas, preocupados na conquista de territórios, fato que explora os primórdios da geografia, apontando os trabalhos de campo e o método descritivo em grande parte fundamentais no método de trabalho dos Geógrafos e constituição da ciência. (ALENTEJANO, 2006).

Dessa forma, o trabalho de campo na geografia é tão inerente ao trabalho do geógrafo, que sua definição se confunde com a da própria geografia, e assim, tentar definir algo tão complexo e amplo no sentido das reflexões teórico-metodológicas e ao mesmo tempo simples e muito usual no cotidiano prático da geografia, como o trabalho de campo é um desafio.

Há uma certa dificuldade em encontrar discussões teóricas e reflexões metodológicas sobre o trabalho de campo. Sobre esse assunto, destacamos os trabalhos de Lacoste (2006), Serpa (2006), Alentejano e Rocha-Leão (2006), Marcos (2006), Kayser (2006), Santos (1999), Claval, (2013), Rodrigues e Otaviano (2001), Suertegaray (2002), Hissa e Oliveira (2004), Coltrinari (1998) e Monteiro

(2014) que elucidam vários pontos, sejam eles teóricos, de aplicação, desafios metodológicos ou operacionais. Assim, parece um assunto sem problemas metodológicos e de definição, um tema que é de conhecimento de todos que fazem geografia.

Para Claval (2013) a geografia nasce como uma das ciências da observação, e por isso tem no campo sua essência, mas acrescenta: “O trabalho de campo permite encontrar as diferentes práticas ou políticas que contribuem para modelar o espaço, assim como as características dos comportamentos, das atitudes, e das concepções da vida em um dado lugar” (2013, p.22), ou seja, o trabalho de campo deve ir além do campo da observação, compreendendo as relações comportamentais e subjetivas.

No mesmo caminho, Hissa e Oliveira (2004, p.38) dizem que: - “o campo não deve ser visto como o mundo que contém a realidade – que, por sua vez, esconde, por trás das aparências, a verdade das coisas”. E entre as armadilhas das aparências do visível, é preciso tomar cuidado com os trabalhos de campo rápidos, sem vivências e com fraco aporte teórico.

Bernard Kayser (2006) destaca que o trabalho de campo deve compreender uma análise de situação e não apenas uma monografia, tecendo considerações no âmbito local-global, mas ao mesmo tempo ressalta que não há uma receita para a pesquisa de campo, pois é preciso uma base teórica e política que norteará as hipóteses no campo, pois o trabalho de campo é uma prática indispensável, mas não suficiente.

Para o trabalho de campo ter êxito é preciso um conhecimento político, teórico e prático pelo geógrafo, essa base auxiliará na compreensão da realidade e das inquietações que surgirão no campo. De acordo com Venturi:

[...] o campo é onde a complexidade da realidade é revelada e conduzida à compreensão do geógrafo, munido de seus principais conceitos, como paisagem, espaço, região e lugar, por exemplo, os quais materializam na realidade, dão sentido a ela e dela obtém sentido. É onde as fronteiras acadêmicas das disciplinas deixam de fazer sentido e são substituídas por inúmeras conexões entre os fatos observados, num processo de reconstrução conceitual (VENTURI, 2011, p.21).

Na perspectiva acadêmica, o campo apresenta-se em uma condição formativa, na qual a produção científica é retomada a partir da interação sujeito/meio (objeto de estudo). Tendo como objetivos o aproveitamento de conhecimentos geográficos prévios; propor a investigação, elaborando dúvidas e questões; estruturar hipóteses e criar novos conhecimentos; e, desenvolver habilidades e exercitar atitudes e valores. Sobretudo, é um aprofundamento de ideias, que engloba o raciocínio geográfico, evidenciando a elaboração de operações mentais complexas, contido no método científico. Esse pensamento está em consonância com Yves Lacoste (2006) ao dizer que:

[...] é preciso que na universidade a grande maioria dos jovens seja iniciada na pesquisa e no trabalho de campo, a fim de que possa, em seguida, qualquer que seja seu futuro profissional, explicar às pessoas porque é preciso ver as pesquisas, porque é para eles preciso conhecer seus resultados e como estes podem, em seguida, ser utilizados (LACOSTE, 2006, p.87).

Ainda na perspectiva formativa é importante ressaltar que o trabalho de campo, na sua formalidade, exige preparação fluida ou híbrida, componentes básicos do campo da interdisciplinaridade. Então: logística, segurança, caderneta de campo, instrumentos de localização, cartas e mapas, instrumentos de captação de imagens e áudios, entre outros; são fundamentais na resposta formativa (avaliativa) de habilidades cognitivas e técnicas inerentes a abrangência sistêmica da geografia.

Entretanto, o trabalho de campo, seja ele coletivo ou individual, geram custos muitas vezes elevados, e as políticas de fomento na educação influenciam diretamente nessas práticas, conforme aponta Evangelista (2012)

O trabalho de campo enquanto prática é algo corrente, trabalho de campo enquanto objeto de análise é algo fora da agenda, por que? Parece-me que isto tem uma relação com a ascensão da geografia crítica, mas que após seu descenso iniciado na década de 90 temos nos últimos anos um incremento dos trabalhos de campos, até porque ao tempo do governo Lula as universidades passaram a contar com muito mais recursos (EVANGELISTA, 2012, sp).

Nesse contexto, vamos fazer uma retrospectiva do trabalho de campo pelas correntes do pensamento geográfico, em sua formatação e conteúdo, bem como os desafios, características e possibilidades.

O trabalho de campo na geografia clássica: observação e descrição

As orientações das características do trabalho geográfico no período denominado Clássico ou Tradicional teve seu êxito nas décadas de 1930 até início da década de 1960, e foram balizadas pelas monografias regionais, utilização do método indutivo-empírico, técnicas de observação e descrição e foco nas paisagens naturais e culturais (MORAES, 2005; ALVES, 2012; ALVES e FERREIRA, 2008).

A definição da geografia passava invariavelmente do contato direto do pesquisador com a paisagem, estar *in loco* é a essência da geografia clássica, conforme aponta Ruellan (1943):

Um fato só é verdadeiramente geográfico na medida em que se traduz, direta ou indiretamente, por um aspecto das paisagens físicas ou humanas. Daí resulta que um trabalho geográfico original só pode ser resultado de uma pesquisa pessoal no terreno, o trabalho de gabinete sendo apenas o complemento necessário dessa pesquisa (RUELLAN, 1943, p.559).

Esse pensamento baseado nos pressupostos de Paul Vidal de La Blache e de seus discípulos, modelaram o fazer geográfico na primeira metade do século XX no Brasil. Conforme Lencioni (2003):

Uma monografia regional deveria, na perspectiva lablacheana, conter uma análise detalhada do meio físico, das formas de ocupação, das atividades humanas e de como o homem se ajusta a natureza. O olhar sobre a natureza deveria conter uma perspectiva histórica na análise da relação homem-meio. Fundamentalmente, a monografia regional deveria estabelecer a integração dos elementos físicos e sociais e acrescentar uma visão sintética da região. (LENCIONI, 2003, p.105)

Os trabalhos de campo realizados no início da institucionalização da Geografia no Brasil seguiram as diretrizes da geografia regional francesa. Castro (1945) relata a importância e características desses trabalhos, se referindo a uma expedição científica do Conselho Nacional de Geografia (CNG – IBGE) realizada no sudoeste do estado da Bahia, afirma:

A expedição tem os seguintes objetivos: o levantamento de coordenadas geográficas de pontos escolhidos, a determinação da declinação magnética dos mesmos pontos, o levantamento preciso dos caminhamentos dos roteiros e o seu nivelamento barométrico, o reconhecimento das regiões marginais, o estudo geológico, geomorfológico e de interpretação geográfica da zona, a tiragem de fotografias documentais, o desenho duma carta da região (CASTRO, 1945, p.345).

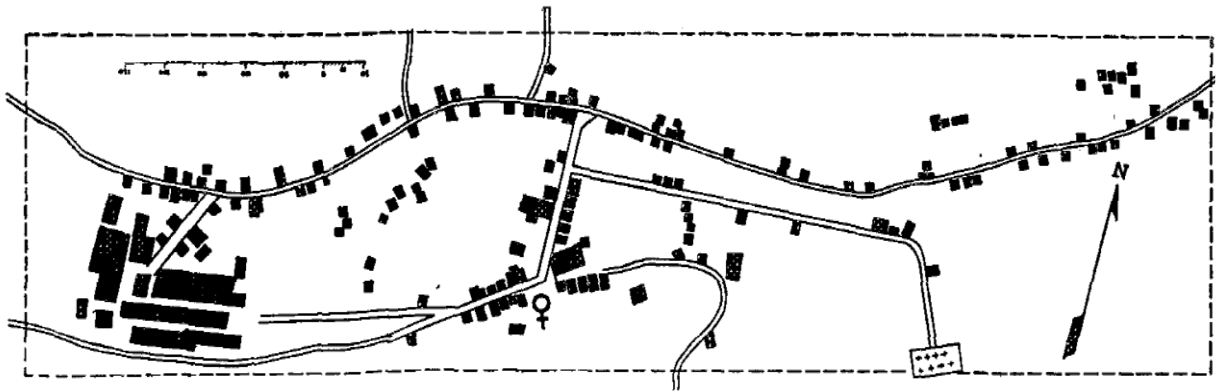
Entre as contribuições e vantagens dessas expedições ele afirma “[...] em face da imensidão do território [...] recursos disponíveis, deve preferentemente ser executado segundo processos de levantamento de custo baixo e de execução rápida, dentro de um grau mínimo de precisão da medida que atenda às nossas necessidades técnicas” (CASTRO, 1945, p.346).

As expedições organizadas pelo Conselho Nacional de Geografia – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tinham como propósito reconhecer a diversidade regional do território Brasileiro, entre os geógrafos atuantes nas expedições destacam-se Leo Waibel, Nilo Bernardes, Walter Egler e Orlando Valverde. Este último detalha a expedição ao Rio Grande do Sul:

O presente trabalho resulta principalmente de observações de campo, realizadas em fevereiro-março de 1948 [...] o método de pesquisa de campo aplicado pelo Prof. Leo. Waibel, cujas ideias influíram neste trabalho nos seus próprios fundamentos, tem a particularidade de compreender a observação direta da paisagem cultural, especialmente da geografia econômica e da geografia agrária (VALVERDE, 1948, p.477).

Entre os materiais produzidos no trabalho de campo, tem-se croquis, fotografias e plantas das localidades visitadas (Figura 02).

Figura 2: Planta da localidade de Galópolis, Caxias do Sul-RS.



Fonte: Valverde (1948, p.519)

Na figura 2, Valverde (1948) correlaciona a ocupação e distribuição da população conforme as linhas de colonização no fundo do vale (paisagem natural) e posteriormente a instalação industrial (paisagem cultural).

Em outra pesquisa sob orientação técnica de Leo Waibel, Walter Egler (1951) percorre o norte do Rio Doce em Minas Gerais e Espírito Santo entre 1949 e 1950, e caracteriza a zona pioneira, ficando evidente a divisão do trabalho de campo em três partes: Paisagem Física, Passado Histórico e Paisagem Cultural Atual.

Os resultados dos trabalhos de campo consistiam em elaborações de croquis, plantas e mapas mais elaborados, bem como fotografias para registro da paisagem, contagem estatística e correlações entre as paisagens naturais e humanas.

Os recursos técnicos eram limitados e o contato direto entre geógrafo e campo de estudo se fazia necessário. Sobre as novas técnicas de pesquisa geográfica que eram desenvolvidas Bianchi (1942) aponta sobre a técnica da aerofotogrametria como recurso para ampliar a escala dos levantamentos de dados, pois “extensas áreas da América do Sul carecem ainda de levantamentos satisfatórios. Até os mapas em escalas mínimas, como, por exemplo, o mapa ao milionésimo, encontram-se em muitas zonas ainda num estado bastante problemático e incompleto” (BIANCHI, 1942, p. 771).

Entretanto, os custos elevados com as viagens aéreas, instrumentos técnicos e a imprecisão na organização das imagens eram problemas que limitavam o uso dessas técnicas, que foi sendo empregada com mais intensidade na segunda metade do século XX, no pós Segunda Guerra Mundial. Assim, as observações nas expedições e a elaboração das monografias regionais prevaleceram como principais características dos trabalhos de campo que foram gradativamente perdendo espaço para recursos técnicos mais sofisticados e a incorporação de teorias explicativas para os fatos geográficos.

O trabalho de campo na geografia quantitativa: banco de dados e o laboratório

Com o advento de novas técnicas e demandas da sociedade ocorridas pós Segunda Guerra Mundial, um cenário de desenvolvimentismo econômico da década de 1950, os rumos do trabalho geográfico deram uma guinada para o planejamento estratégico e aplicado.

A geografia brasileira revela o segundo momento da história da geografia, quando o trabalho de campo deixa de ser primordial, ou seja, suas análises centram-se na interpretação de dados secundários, sobretudo o uso dos Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Entre as técnicas empregadas, está o uso da estatística, mapas temáticos, modelos espaciais-localização, entre outros.

O Trabalho de Campo ao levantamento de dados estatísticos provenientes de fontes secundárias, a partir de variáveis compiladas pelos censos ou outras pesquisas institucionais, ainda sim estas pesquisas apresentam uma unidade quantificável, (...) base a partir do qual se comparam situações com a utilização de técnicas quantitativas. (SERPA, 2006. p. 14)

No entanto, não quer dizer que os estudos deste momento não avançaram na própria constituição da “identidade geográfica”, porém, indica um hiato na concepção humana e cultural, pois muitas obras eram formulações formais da análise. Muitas contribuições são avanços técnicos “momentâneos” que se superam em novas perspectivas teórico-metodológicas (MONTEIRO, 2014).

A Geografia Teórica-Quantitativa vai romper com o paradigma com a Geografia Clássica, ou seja, das descrições e a valorização do empírico para o teórico-aplicado laboratorial. Dessa forma, essa corrente do pensamento “Condenou no ensino, o uso das excursões, das aulas práticas de campo por achar desnecessária a observação da realidade, substituindo o campo pelo laboratório, onde seriam feitas as medições matemáticas, os gráficos e tabelas [...] para quebrar qualquer vínculo com os trabalhos empíricos” (ANDRADE, 1987, p.107).

Ainda sobre essa mudança no “fazer geográfico” Alentejano e Rocha-Leão (2006) reforçam que:

Todo este acúmulo foi jogado por terra a partir dos anos de 1970, quando no rastro da hegemonia da Geografia Teórico-Quantitativa os Trabalhos de Campo passaram a ser execrados e praticamente riscados do mapa das práticas dos geógrafos, sob o argumento de que as tecnologias da informação e os modelos matemáticos seriam instrumentos mais adequados para a investigação da realidade (ALENTEJANO e ROCHA-LEÃO, 2006, p.55)

Essas mudanças técnicas serão adotadas na análise geográfica em todas as áreas “De um instrumental elaborado na época do levantamento de campo, vai se tentar passar para o sensoriamento remoto, as imagens de satélite, o computador” (MORAES, 2005, p.105).

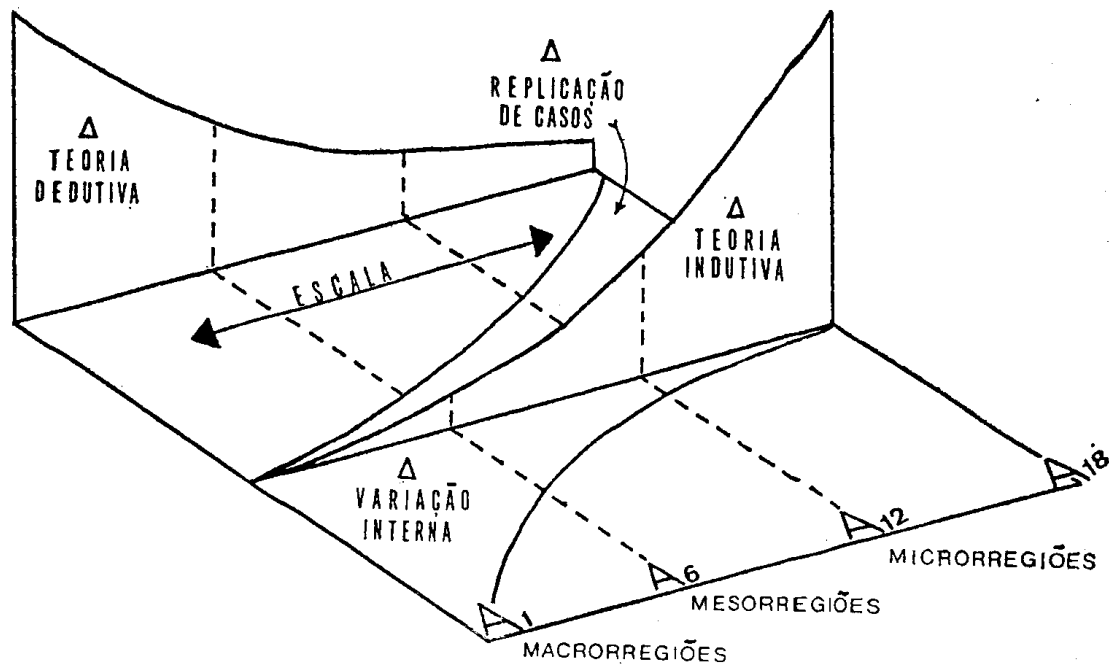
Ainda sobre essas características da Geografia Quantitativa Christofolletti (1982, p.71) afirma que “[...] a aplicação intensiva das técnicas estatísticas e matemáticas nas análises geográficas e o procedimento quantitativo pode ser considerado entre as características básicas da Nova Geografia”. O autor ainda destaca a substituição da análise da paisagem por meio da observação e descrição, para a análise da organização espacial ou dos sistemas espaciais via teorias e banco de dados quantitativos.

Galvão e Faissol (1970) afirmam que a revolução quantitativa advém das mudanças do paradigma geográfico, do método-indutivo-idiográfico e monografias regionais para o neopositivismo e com abordagens nomotéticas. Assim, acompanhou a evolução tecnológica com técnicas sofisticadas: “O advento de modernos computadores está tornando possível a utilização de técnicas e métodos estatísticos de análise, de tipo multivariado, que em um processo de classificação, usando taxonomia numérica, produz um sistema regional baseado em mais objetividade de critério” (GALVÃO e FAISSOL, 1970, p.10). Entre as técnicas de pesquisa podemos citar a Análise Fatorial, Cadeia de Markov, Teoria dos Grafos, *Trend Surface*, Modelos Gravitacionais, Programação Linear entre outros.

Essas técnicas quantitativas ampliaram a possibilidade de variáveis, atributos, arranjos e combinações de um objeto/região em relação aos estudos da Geografia Clássica. Por esse motivo, o IBGE na década de 1960 e 1970 foi o grande centro difusor desse pensamento, e muitos geógrafos desempenharam papéis importantes nesse contexto.

Faissol (1978) explicará a mudança na escala de análise na geografia, do método indutivo (local) para o método dedutivo (regional -nacional). A geografia com sua tradição em observar e “ver” a paisagem, pode ter deixado à margem a análise das relações entre processo e escala (Figura 3).

Figura 3: Esquema entre método indutivo-dedutivo e escala de análise.



Fonte: Faissol (1978, p.16)

Nesse esquema, a observação seria apenas para confirmação e averiguação do processo, e não como fonte principal de informação. Um exemplo dessa ideia está em Faissol (1972), onde utilizará a técnica Trend Surface Analysis para medir os polos de desenvolvimento de 152 cidades, a partir da Teoria dos Lugares Centrais de Christaller, e assim delimitar os centros gravitacionais numa escala nacional.

Na Geografia Física adotam-se modelos de análise ambiental, condizentes com a teoria sistêmica, que possibilita incluir um número expressivo de variáveis e atributos, e assim, verificar as relações do sistema aberto ou fechado.

Outra característica importante nesse período é a ideia de “neutralidade” do cientista frente ao tema/objeto de pesquisa. Ao ter contato direto com seu objeto e sujeitos e observar, descrever e detalhar, poderia envolver e influenciar nas análises. Os números “frios” dos bancos de dados e as imagens de satélites tirariam esse provável envolvimento que poderia interferir nos resultados.

Essa utilidade prática da Geografia, pelo número de informações e a escala da abrangência do fenômeno foi vista como uma possibilidade de superar os estudos regionais e ampliar para estudos macrorregionais, nacionais e globais.

Dessa forma, o trabalho de campo na Geografia Quantitativa foi auxiliar, com a finalidade de verificação e constatação ou nulo. O trabalho de campo do geógrafo passou a ser o laboratório e testar

os experimentos dedutivos e teóricos. Vale destacar, que esse modelo de pesquisa ainda é vigente em determinadas áreas da Geografia, ou seja, a concepção neopositivista resiste ainda no século XXI.

O trabalho de campo na geografia crítica: contradições socioespaciais e pesquisa social

A partir da década de 1970, o modelo de pesquisa na geografia, baseado em dados estatísticos e modelos teóricos, foi duramente questionado por parte de geógrafos, pois deixava de lado as questões sociais, políticas e culturais da análise geográfica. A historicidade ganha espaço no trabalho de campo. A abordagem histórico-dialética representa o intuito de entender e desvendar a realidade social, permitindo resgatar a história e fazer o movimento contraditório das ideias e dos atores e agentes envolvidos.

Nessa perspectiva metodológica, o trabalho de campo deixou de ser uma etapa da pesquisa para observar e descrever a paisagem, mas para ter contato direto com a realidade e as contradições, e atuar em prol daquele espaço, ser um pesquisador ativo quanto aos sujeitos envolvidos em sua investigação, e tentar promover a reflexão e a transformação social.

Conforme Alves (2010) sobre a estrutura do pensamento materialista histórico marxista:

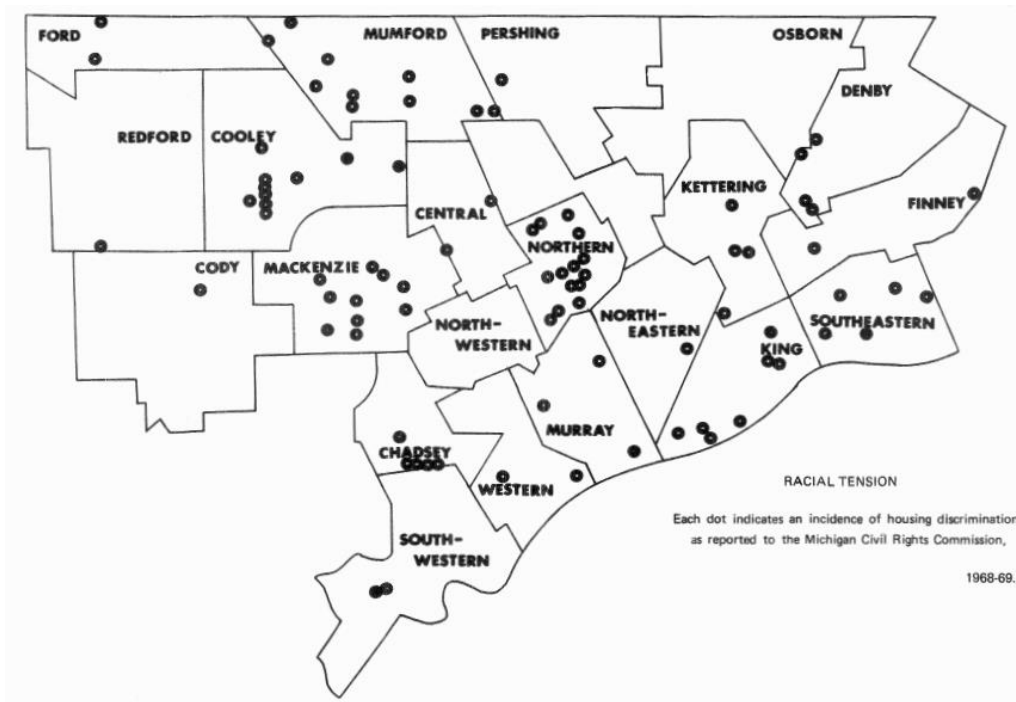
A abordagem histórico-dialética representa uma nova visão de mundo e de ciência pelos geógrafos. O intuito de entender e desvendar a realidade social, esta abordagem permite resgatar a história e fazer o movimento contraditório das ideias e dos atores e agentes envolvidos (ALVES, 2010. p. 39-40).

Deste modo, no método dialético o sujeito se constrói e se transforma frente ao objeto e vice-versa, os trabalhos que se utilizam deste método se caracterizam por ser mais críticos da realidade, por sua concretude e pelo fato de mostrarem a contradição histórica existente no objeto estudado. (SPOSITO, 2004)

Um dos primeiros trabalhos dessa corrente do pensamento é do geógrafo William Bunge, que em 1965 discutia a importância de entender a questão do racismo na Geografia. No início da década de 1970 desenvolveu várias expedições com seus alunos por bairros da cidade de Detroit nos Estados Unidos, para entender os problemas sociais, como violência, discriminação racial, injustiça social, problemas educacionais e falta de áreas de lazer e como essas questões afetavam uma cidade que tinha um grande parque industrial automobilístico e um dos berços do capitalismo, mas ao mesmo tempo uma segregação socioespacial significativa.

No trabalho de Bunge (1970) constata-se nos trabalhos de campo que alguns bairros de Detroit, a taxa de mortalidade das crianças negras era mais alta que em países subdesenvolvidos como El Salvador. Essas contradições precisavam ser expostas e espacializadas (figura 4), a fim de propor mudanças, reflexão por parte da população e intervenção dos agentes públicos.

Figura 4: Espacialização dos conflitos raciais na cidade de Detroit, 1969.



Fonte: Bunge (1970, p.42)

No trabalho de Bunge (1970) há inúmeras cartografias da segregação socioespacial em Detroit, como assassinatos e atropelamentos de pessoas negras, bem como a discrepância de escolas e do ensino para crianças brancas e negras. Esse estudo impactou a comunidade geográfica no modo fazer o trabalho de campo e de fazer a ciência, pois transformou o pesquisador geógrafo em um ator atuante e participante dos problemas socioespaciais, diretamente com os sujeitos da pesquisa, superando a ideia de “neutralidade” antes posta na Geografia Quantitativa. Essa ideia corrobora com Lacoste (2006, p.84) quando diz que “Para uma evolução mais democrática da relação de pesquisa, é preciso que os pesquisadores em Ciências Sociais e os geógrafos aceitem, primeiramente, se colocar o problema, depois colocar a sua opinião aos partidos e propor soluções”.

Uma das propostas da Geografia Crítica é entender o fenômeno em suas várias dimensões escalares, o trabalho de campo não pode ser isolado ou restrito a escala local e do lugar, é necessário entender no contexto regional, nacional e global. Conforme Alentejano e Rocha-Leão (2006) destacam

[...] o campo só é válido se articulado com sistemas globais de interpretação da realidade. É através da articulação das escalas que podemos efetivamente construir uma interpretação geográfica da realidade, indo do particular ao geral, e retornando a este, assim como da prática à teoria e vice-versa (ALENTEJANO e ROCHA-LEÃO, 2006, p.58)

Essas múltiplas escalas dos processos que produzem o espaço trazem para os estudos crítico a mudança e complexidade do trabalho de campo que “deve perseguir, portanto, a ideia de

particularidade na totalidade, abandonando de modo enfático a ideia de singularidade de lugares, cidades, bairros ou regiões” (SERPA, 2006, p.10).

Ao utilizar o materialismo histórico a operacionalização não é tão simples no trabalho de campo, pois é necessário realizar uma periodização e um resgate histórico daquele arranjo espacial e aí sim “Arrancar um elemento, objeto ou fenômeno do fluxo histórico para depois reintroduzi-lo no movimento da história pode ajudar o geógrafo na operacionalização do trabalho de campo” (SERPA, 2006, p.20).

Em termos práticos, os trabalhos de campo na Geografia Crítica buscam reconhecer as desigualdades e contradições territoriais, buscando soluções junto as populações e o Estado, assim, desde a década de 1980 tem-se inúmeros trabalhos de campo em assentamentos rurais e a luta pela terra, bairros periféricos, favelas e problemas de habitação, áreas de risco ambiental, comércio popular-informal entre outros.

Desse modo, técnicas de pesquisa como a pesquisa participante, pesquisa-ação e estudos de caso são amplamente difundidos nos trabalhos de campo na perspectiva crítica, pois envolve pesquisador e os sujeitos em um movimento de construção do pensamento e na resolução de problemas.

O trabalho de campo na geografia humanista: vivências e valorização do lugar

Com a valorização da perspectiva do indivíduo pelas ciências humanas desde o final da década de 1970, a geografia introduz métodos e técnicas que vão buscar valores, experiências e conteúdos que estão na vivência dos lugares, em pessoas e nos significados. Assim, no início da década de 1980 se insere na geografia brasileira a perspectiva Humanística ou Humanista, convergindo em pesquisas de campo para uma análise do lugar tal que utiliza, por sua vez, da fenomenologia valorizando a experiência vivida do sujeito, descrevendo a qualidade da emoção experimentada em casos específicos.

Em outras palavras, a geografia crítica que dá uma atenção as contradições inerentes ao capitalismo e entende a divisão de classes como um resultado desse processo, não deu atenção (por que não é seu objetivo) as particularidades dos indivíduos que estão nessas superestruturas, ou seja, em uma superestrutura ou classe social existem diversas territorialidades e vivências que não podem ser tratadas da mesma maneira, como as vivências das mulheres, da negritude, dos LGBTQI+ e de outros grupos.

Nesse contexto, Serpa (2006, p.18) ressalta “na perspectiva dialética estamos no terreno da transformação estruturante e dos dados agregados, com maior tendência a homogeneidade, enquanto

que, com a fenomenologia, adentramos o terreno da informação factual e dos dados individuais, com maior tendência a heterogeneidade”. Assim, é ruptura do pesquisador e objeto, como Paul Claval (2013, p.24) afirma que “O papel das geografias do gênero vem, em contrapartida, do lugar enfim concedido à corporeidade do pesquisador”

Dessa maneira, através do método fenomenológico, o sujeito quem descreve o objeto e suas relações a partir do seu ponto de vista, depois de se apropriar intelectualmente. (SPOSITO, 2004). Como técnicas importantes adotadas nos trabalhos de campo tem-se: a história oral e pesquisa participativa.

De acordo com Tuan (1982), o método humanístico representa o pesquisador cientificamente (e a ciência) porque constrói, de modo crítico e reflexivo, sobre o conhecimento científico. (...) “O geógrafo Humanista deve estar agudamente atento aos empecilhos sobre a liberdade humana; preocupado com a qualidade de conscientização humana e com o aprendizado” (TUAN, 1982, p.159) e colabora em indagações pertinentes à uma ciência:

De que maneira as pessoas adquirem habilidades e conhecimentos espaciais? De que maneira as pessoas se tornam emocionalmente envolvidas com um lugar? Tais indagações mostram que o geógrafo humanista compartilha da preocupação do psicológico do comportamento. Suas indagações são semelhantes embora endereçadas aos fenômenos de diferentes complexidades e escala. Até mesmo suas técnicas de campo têm em comum a observação detalhada do comportamento individual na vida real (TUAN, 1982, p.159).

Na fenomenologia de Anne Buttmer, em que sugere a apreensão do dinamismo do mundo vivido, e sobre o modo como a(s) representação(ções) da experiência humana formam-se no espaço ela compreende a função dos “fenomenologistas”, nos ensaios sobre “espaço vivido e existencial”, partem da noção de que cada pessoa tem seu lugar natural, mas, cercada de “camadas” concêntricas de espaço vivido:

A fenomenologia convida-nos a explorar algumas das forças unificadoras na experiência humana do Mundo. Supondo-se (...) que tais condições podem residir nas facetas rotineiramente pela vida diária, esta noção oferece um bom diálogo entre fenomenologia e Geografia. (...) “Mundo” para o fenomenologista, é o contexto dentro do qual a consciência é revelada (BUTTIMER, 1982, p. 172).

A realidade e a essência dos espaços são capazes de admitir-se a partir comunicação dos métodos, assim, Ângelo Serpa discute a possibilidade de tanto a fenomenologia quanto a dialética trabalharem em conjunto no Trabalho de Campo, funcionando como estratégias complementares, buscando sempre, a construção da síntese entre sujeito e objeto.

Afinal não deveria haver incompatibilidade, em termos de procedimento, entre uma análise individualidade dos fenômenos e o resgate de sua dimensão histórica, nem mesmo entre a concepção da ciência interessada na história e na mediação homem-natureza e uma outra voltada para a essência dos fenômenos (SERPA, 2006. p 29).

Para Santos (1999, p.121) existe a “A necessidade de superação de questionários e/ou de algumas fichas de trabalho de campo criam um novo relacionamento com o pesquisado, implicando em vivências com comunidades, grupos e organizações sociais”. E defende a relação direta entre o pesquisador e os indivíduos da pesquisa, visando o conhecimento no dia a dia, no seu espaço vivido, para assim enriquecer a pesquisa com a realidade além da superficialidade.

A escala de estudo tende ser a local, sempre relacionado com as condições e influências globais, mas sobretudo deve-se considerar “o lugar como sendo a expressão em que, emergem o vivido, porque é nele que ocorre a unidade da vida social” (SANTOS, 1999, p.121). O mesmo autor lembra a importância dos fatores de ordem moral e psicológicos pertencentes nos lugares, e nesse sentido, a abordagem da cultura deve ser valorizada no trabalho de campo “os modos de sentir, pensar, agir e reagir das populações em relação ao lugar e as relações que estabelecem fora do lugar” (SANTOS, 1999, p.123).

Essas sensações e experiências dos indivíduos foram negligenciadas pelos geógrafos até então, essas informações são importantes chaves para responder questões que teorias e explicações gerais não dão conta, e dessa forma, é uma saída para possíveis problemas dos lugares. Assim, as posições empiristas no trabalho de campo devem ser abandonadas, dando espaço a caminhos teórico-metodológicos capazes de interpretar o cotidiano, de forma dialógico e entendendo as mudanças de percepções (DAVID, 2002).

Aspectos simbólicos e identitários de comunidades e lugares são valorizados em trabalhos de campos na perspectiva humanista, e estudos sobre festividades, religião, alimentos, artes entre outros estão na ordem do dia, e Paul Claval assevera:

Como foi visto, essa concepção do saber se modifica sob a influência de outro componente do pensamento medieval, o nominalismo, que impõe o retorno ao real e à garantia da experiência pessoal das coisas. Essa dialética do espírito e do mundo se efetua graças ao jogo do olhar e da luz, que é algo espiritual (CLAVAL, 2013, p.23).

Entre várias formas de realizar o trabalho de campo, destacam-se as histórias orais que valorizam relatos e vivências, a etnografia ou etnogeografia como um campo de estudo aprofundado de comunidades e lugares, pautado na vivência profunda do pesquisador in loco junto aos indivíduos e lugares. Do mesmo modo, alguns trabalhos de campo na perspectiva dialética fazem esse trajeto de campo, mas o que difere eles são o método e as teorias. E sobre isso Serpa (2006, p.20) ressalta:

Portanto, dialética e fenomenologia não se excluem no trabalho de campo em Geografia. Enquanto métodos podem funcionar como estratégias complementares, buscando-se sempre a construção da síntese sujeito-objeto, própria ao ato de conhecer, ora utilizando-se da história enquanto categoria de análise, ora buscando-se intencionalmente abstrair a historicidade dos fenômenos, visando à explicitação de sua “essência” (SERPA, 2006, p.20).

O objetivo do trabalho de campo e sua estrutura teórico-metodológica irão delinear os caminhos e intenções na pesquisa com os indivíduos e lugares, na abordagem humanista a valorização das vivências e experiências é o ponto central do trabalho de campo, entender, qualitativamente o que os indivíduos sentem e percebem é fundamental para o entendimento do lugar.

Considerações finais

Existe um certo consenso, na literatura considerada, que o trabalho de campo pode assumir distintos papéis metodológicos ao decorrer da história do pensamento geográfico. Ao passo que é também, considerado um elemento (traço) fundamental nesta direção, haja vista que o conhecimento geográfico retoma e reelabora constantemente cada esboço disponível para detalhamentos das complexas categorias geográficas existentes.

A aceitação de transição/ruptura e sua relação explícita em um tempo-espço onde o pensamento geográfico se comporta como ciência da Terra e descrição dos comportamentos diversos da sociedade, o trabalho de campo sempre foi a fonte primeira, pelo qual, se reveste a 'mais valia' para o conhecimento básico das categorias geográficas; sendo que, a caderneta de campo, é um documento valioso para conhecimento do método e estilo de trabalho dos geógrafos.

O campo, como vimos no decorrer do texto, têm a capacidade cognitiva que engloba o referencial de conteúdo e aprofundamento de ideias, inclusive operações mentais complexas, que se faz presente no método científico e que são essencialmente capturados na dialética própria da práxis (teoria e prática). Neste processo, percebemos que a produção acadêmica apresentada para a relação do método de análise em trabalho de campo, apresenta algumas características, apresentadas anteriormente, mas vale a pena reiterar neste ponto do texto:

- Um fato só é verdadeiramente geográfico na medida em que se traduz, direta ou indiretamente, por um aspecto das paisagens físicas ou humanas. Daí resulta que um trabalho geográfico original só pode ser resultado de uma pesquisa pessoal no terreno, o trabalho de gabinete sendo apenas o complemento necessário dessa pesquisa;
- Não quer dizer que os estudos da geografia quantitativa-teorética não avançaram na própria constituição da "identidade geográfica", porém, indica um hiato na concepção humana e cultural, pois muitas obras eram formulações formais da análise. Muitas contribuições são avanços técnicos, que se superam em novas perspectivas teórico-metodológicas;
- O campo só é válido se articulado com sistemas globais de interpretação da realidade. É através da articulação das escalas que podemos efetivamente construir uma interpretação geográfica

da realidade, indo do particular ao geral, e retornando a este, assim como da prática à teoria e vice-versa;

- Não deve haver incompatibilidade, em termos de procedimento, entre uma análise individualidade dos fenômenos e o resgate de sua dimensão histórica, nem mesmo entre a concepção da ciência interessada na história e na mediação homem-natureza e uma outra voltada para a essência dos fenômenos. Portanto, dialética e fenomenologia não se excluem no trabalho de campo em Geografia. Enquanto métodos podem funcionar como estratégias complementares, buscando-se sempre a construção da síntese sujeito-objeto, própria ao ato de conhecer, ora utilizando-se da história enquanto categoria de análise, ora buscando-se intencionalmente abstrair a historicidade dos fenômenos, visando à explicitação de sua “essência”.

Portanto, o avanço progressivo do trabalho de campo na história do pensamento geográfico, não indica a superioridade de um método sobre o outro, as análises de campo são processos infiltrados nos métodos. Sendo assim, reconhecemos o fervor advindos da técnica da observação direta - ainda se nota a atualidade desta discussão em pesquisas - dada a notória capacidade da consciência humana em gerar ciclos através da observação > apreensão > crítica, em relação ao objeto de estudo, e que, esse ciclo é vicioso, ou seja, o pesquisador, sem perceber, retoma a observação após a apreensão e crítica. E que, retomando a hipótese de “anulação da superioridade dos métodos”, o laboratório também se torna uma fonte de interesse na análise de dados, sendo que esse treinamento exige habilidades técnicas superiores e que podem ser conduzidos na condição da geografia portátil (associada ao trânsito, ao deslocamento, etc), ou seja, o laboratório pode estar no trabalho de campo e auxiliar na condução da práxis.

Referências

- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; ROCHA-LEÃO, Otávio M. Trabalho de Campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo. n.84, 2006, p. 51-68.
- ALVES, Flamarion Dutra. *Trajetória teórico-metodológica da geografia agrária brasileira: a produção em periódicos científicos de 1939 – 2009*. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista – Campus Rio Claro, 2010.
- ALVES, Flamarion Dutra. Abordagens metodológicas da geografia agrária clássica brasileira. *Caminhos de Geografia*. Uberlândia. v.13, n.42, 2012. p.315-329.
- ALVES, Flamarion Dutra; FERREIRA, Enéas Rente. Elementos metodológicos da geografia agrária clássica: a produção em periódicos brasileiros. *Geo Uerj*. Rio de Janeiro. v.2, n.18, 2008. p.43-61.
- ANDRADE, Manuel Correia. *Geografia Ciência da Sociedade: uma introdução ao pensamento geográfico*. São Paulo: Atlas, 1987.
- BIANCHI, Ferdinando. Considerações sobre o levantamento de áreas extensas pela fotogrametria aérea. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro. v.4, n.4, 1942. p.771-790.
- BUNGE, William. Bunge. Racism in geography. *The Crisis*. October: 494–497.

- BUNGE, William. Detroit Geographical Expedition. *Field Notes*. n.2. Michigan State University, 1970.
- BUTTIMER, Anne. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 165-193.
- CASTRO, Christovam Leite de. Expedição científica ao sudoeste do estado da Bahia. *Boletim Geográfico*. v.2, n.27, 1945. p.345-346.
- CHRISTOFOLETTI, Antonio. As características da nova geografia. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: DIFEL, 1982. p.71-101.
- CLAVAL, Paul. *Geografia Cultural*. 3.ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.
- CLAVAL, Paul. O papel do trabalho de campo na geografia, das epistemologias da curiosidade às do desejo. *Confinos*.v.17, 2013. p.1-28.
- COLTRINARI, Lylia. O trabalho de campo na geografia do século XXI. *Geousp*. São Paulo. v.2, n.2, 1998. p.103-108.
- DAVID, Cesar de. Trabalho de campo: limites e contribuições para a pesquisa geográfica. *Geo UERJ*. Rio de Janeiro. n.11, 2002. p.19-24.
- EGLER, Walter Alberto. A Zona Pioneira ao Norte do Rio Doce. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro. v.13, n.2, 1951. p.223-264.
- EVANGELISTA, Helio de Araujo. Trabalho de campo. *Revista Geo-Paisagem (on line)*. Niterói. v.11, n.22, 2012.
- FAISSOL, Speridião. Teorização e quantificação na geografia. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro. v.40, n.1, 1978. p.3-50.
- GALVÃO, Marília Velloso; FAISSOL, Speridião. A revolução quantitativa e seus reflexos no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro. v.32, n.4, 1970. p.5-22.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia e Modernidade*. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- HISSA, Cássio Eduardo Viana; OLIVEIRA, Janete Regina de. O trabalho de campo: reflexões sobre a tradição geográfica. *Boletim Goiano de Geografia*. Goiânia. v.24, n.1-2, 2004. p.31-41.
- KAYSER, Bernard. O geógrafo e a pesquisa de campo. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo. n. 84, 2006.
- LACOSTE, Yves. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo. n. 84, 2006. p. 77-92.
- LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: Edusp, 2003.
- MARCOS, Valéria de. Trabalho de campo em Geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo. n 84, 2006, p. 105-136.
- MONTEIRO, Vinicius Arcanjo. *A importância do trabalho de campo para a geografia e a formação do geógrafo: Uma contribuição para o pensamento Cultural/Humanística*. Monografia (Geografia Licenciatura). Universidade Federal de Alfenas, 2014. 76f.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia: Pequena história crítica*. 20.ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- MOREIRA, Ruy. *Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.
- RODRIGUES, Antonia Brito; OTAVIANO, Claudia Arcanjo. Guia metodológico de trabalho de campo em geografia. *Geografia*. Londrina, v. 10, n. 1, 2001. p. 35-43.
- RUELLAN, Francis. As normas da elaboração e da redação de um trabalho geográfico. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro. v.5, n.4, 1943. p.559-572.
- SANTOS, Rosselvelt José. Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. *Sociedade & Natureza*. Uberlândia.v.11, n.21-22, 1999. p.111-125.
- SERPA, Ângelo. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo. n. 84, 2006, p.7-24.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à geografia*. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

SPOSITO, Eliseu Savério. *Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de campo em geografia. *Geographia*. Niterói. v.4, n.7, 2002. p.64-68.

TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: DIFEL, 1982. p.143-164.

VALVERDE, Orlando. Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro. v.10, n.4, 1948. p.477-534.

VENTURI, Luis Antonio Bittar. A técnica e a observação na pesquisa. In: VENTURI, Luis Antonio Bittar. (org). *Geografia: práticas de campo, laboratório e sala de aula*. São Paulo: Editora Sarandi, 2011. p. 11-28.